

## Anseio de mudança

Como se esperava, a questão do mandato acabou perturbando de maneira irreversível o trabalho de elaboração do novo texto constitucional. A veemência com que o Presidente da República decidiu lutar contra a notória tendência da maioria dos constituintes em reduzir o seu mandato, fixando novas eleições já em 15 de novembro de 1988, gera preocupações com a própria sorte do processo de transição democrática.

A impressão dominante entre constituintes de todas as tendências, incluindo os que ainda se alinham fielmente ao Governo, é a de que Sarney deve ter concluído algum tipo de acordo com a alta hierarquia militar para imprimir tom tão agressivo em suas referências a uma minoria radical que estaria executando projeto deliberado para levar o Brasil a um estado de anarquia e de caos.

Alguns, como o pernambucano Egidio Ferreira Lima, viram no discurso o tom sempre patético das Ordens do Dia baixadas pelos ministros militares ao tempo do arbítrio. Sexta-feira pela manhã, em meio a grande burburinho, era fácil registrar a tensão que dominava o semblante de todos os constituintes, espantados com o tom agressivo da fala presidencial no programa "Conversa ao Pé do Rádio".

Era visível a paranóia gerada pelo pronunciamento na medida em que incutiu em muitos espíritos a sensação de que algo de muito grave ameaça a normal evolução do

processo de liberalização política. A idéia de um golpe de Estado, praticado em um governo civil, com respaldo militar, ganhou ares de convicção entre muitos políticos que acompanham atentamente a crônica das tumultuadas relações de Sarney com o Congresso Constituinte e, principalmente, com os seus aliados.

A causa de tudo é o mandato. E o curioso é que foi o atual Presidente da República quem tomou a iniciativa de suscitar, com grande antecipação, o debate em torno da duração de seu tempo de permanência no poder. Se a base parlamentar do Governo, que garantia a hipótese de um mandato de cinco anos, foi irremediavelmente abalada, isso se deve principalmente às contradições que envolveram esse grupo tão heterogêneo, também sensível à deterioração da imagem do Executivo perante a opinião pública em face da incapacidade até aqui revelada de conter a inflação e sanear a economia do País.

A perda progressiva do poder de compra dos assalariados responde, em grande medida, pelos desgastes do Governo e, em particular, do Presidente da República. O povo perdeu as esperanças de uma melhoria das suas condições de vida depois de frustrada a ilusão do Plano Cruzado, com a retomada do processo inflacionário. Hoje, todos encaram a eleição de um novo Presidente como a única maneira de reacender as esperanças numa vida melhor.

29 FEV 1988

CORREIO BRAZILIENSE